

O papel das emendas parlamentares nos resultados das eleições para prefeito dos municípios do estado de Pernambuco

Beatriz Bezerra Martins¹, Livia Rodrigues de Lima Pires², Glauber Magalhães Pires³ |

Resumo

O presente artigo procurou relacionar a teoria clássica dos ciclos políticos com a probabilidade de reeleição/sucessão para o cargo de prefeito nos municípios pernambucanos. Para isto, utilizou-se a metodologia de dados em painel controlado, para uma análise mais adequada da possível relação entre as variáveis. De maneira geral, os resultados alcançados indicam que os agentes políticos manipulam as variáveis em períodos pré eleitorais afim de angariar votos e assim os eleitores acabam favorecendo aqueles que conseguem recursos e investimentos para sua localidade. Dessa forma, foi possível detectar a presença de ciclos políticos eleitorais nos municípios pernambucanos, onde os políticos utilizam a máquina pública para se promover.

Palavras-chave: emendas parlamentares, reeleição/sucessão, ciclos políticos.

Data de submissão: 28/09/2020

Data de aprovação: 23/08/2023

¹ Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: biah_martins009@hotmail.com. <https://orcid.org/0009-0004-8953-4478>

² Professora do curso de Economia da Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Serra Talhada. Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: livia.rlima@ufrpe.br. <https://orcid.org/0000-0001-9289-2648>.

³ Possui graduação em Medicina pela Faculdade de Medicina Estácio de Juazeiro do Norte e em Ciência da Computação pela Universidade Federal da Paraíba, mestrado pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é Professor Assistente da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: glaubernpires@yahoo.com. <https://orcid.org/0000-0001-8802-5496>

The role of parliamentary amendments in the results of the elections for mayors of municipalities in the state of Pernambuco

Beatriz Bezerra Martins, Livia Rodrigues de Lima Pires, Glauber Magalhães Pires |

Abstract

This article seeks to relate a classic theory of political cycles with probability of reelection / succession for the burden of municipalities in the municipalities of Pernambuco. For this, use a data methodology in the controlled panel, for a more adequate analysis of the possible relationship between variables. In general, the results achieved that the political agents manipulate as variables in predetermined periods based on votes obtained and the last results favorable to those who use resources and investments for their locality. In this way, it was possible to detect the presence of political electoral cycles in the municipalities of Pernambuco, where politicians use the public machinery to promote.

Keywords: parliamentary amendments, re-election/succession, political cycles.

1. Introdução

Desde a possibilidade de sucessão aos cargos do Poder Executivo, os governantes tendem a utilizar-se da máquina pública com fins eleitorais, com intuito de se manter no poder; essa teoria é conhecida como ciclo político. No Brasil, os ciclos políticos se intensificaram após 1996, com a modificação da legislação brasileira permitindo a recondução aos cargos executivos, que se deu através da Emenda Constitucional nº 16, de 4 de junho de 1997, que permite a reeleição (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1997).

A aprovação dessa emenda à constituição impactou diretamente no uso da máquina pública, possibilitando uma maior presença de ciclos políticos econômicos no Brasil. Então, a partir dessa emenda, os possíveis candidatos à reeleição por saberem que poderiam se manter no poder, poderiam desenhar toda sua estratégia de governo, visando ganhar simpatia e visibilidade para alcançar o pleito.

Um mecanismo bastante relevante de influência nas eleições/reeleições é a execução de Emendas Parlamentares, forma que o Legislativo tem de participar da elaboração do orçamento anual. São chamadas de transferências intragovernamentais, com intuito de descentralizar recursos, buscando a melhor forma de alocá-los.

Através delas, a sociedade tem a chance de ser atendida mais eficientemente, pois muitas vezes o Estado desconhece a realidade de determinadas regiões, dessa forma, os prefeitos podem fazer essa mediação, conquistando-as para seus municípios. Porém, esse mecanismo tem se tornado instrumento de práticas de clientelismo político com viés eleitoreiro, onde o eleitor tende a favorecer o candidato que conseguir mais recursos para sua região.

A partir da década de 1970, destacaram-se importantes trabalhos sobre os ciclos políticos, como, por exemplo, Nordhaus (1975), que abordou a manipulação de variáveis econômicas em benefício dos agentes políticos com o intuito da obtenção de votos e permanência no poder, caracterizando o modelo oportunista. Em sua teoria, adota as expectativas adaptativas onde a classe eleitoral tende a basear seu voto nas ações executadas pelos políticos no passado recente e esquecem de analisar todo o histórico desses agentes. Dessa forma, torna-se mais simples a manipulação do cenário político.

Em complemento à teoria proposta por Nordhaus, estão os modelos que tem como base as expectativas racionais e tem como precursor Rogoff (1990), onde os eleitores passam de “ingênuos” a racionais, capazes de compreender o que se passa na economia, bem como se dá a manipulação do cenário político em períodos próximos às eleições. Dessa forma, o eleitor tende a escolher um partido político baseando-se não apenas em políticas de curto prazo, mas também em medidas que não causem uma recessão no futuro.

Com a evolução das teorias de ciclos políticos, Hibbs (1977) propôs a existência de modelos políticos partidários. Esse autor criou o modelo com base nas expectativas adaptativas, introduzindo ao modelo tradicional de Nordhaus (1975), a ideia de que os partidos não visam somente chegar ao poder, mas que cada partido político tem uma ideologia de base diferente e seus interesses são considerados nas decisões políticas.

Ainda dentro dos modelos partidários, destacam-se também o trabalho elaborado por Alesina (1987) que se baseou na Curva de Phillips, onde o político manipula os níveis de inflação e desemprego conforme deseja e seja favorável ao seu partido, valendo-se de incentivos eleitorais para influenciar diretamente as escolhas das políticas macroeconômicas.

Diante desses fatos, esse trabalho visa esclarecer um importante questionamento: A possibilidade de reeleição/sucessão de um candidato é influenciada por variáveis políticas/econômicas passíveis de manipulação pela máquina pública? Assim, esse artigo tem como objetivo verificar o efeito das emendas parlamentares, bem como do Produto Interno Bruto (PIB), do emprego e da renda, nos resultados eleitorais dos municípios do estado de Pernambuco, através de dados em painel.

Para isso foram analisadas as quatro últimas eleições municipais (2004, 2008, 2012 e 2016), tendo como principais fontes de dados: o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Senado Federal, a Câmara de Deputados e o Ministério do Trabalho (MTE).

2. Revisão de Literatura

Esta seção está dividida em quatro tópicos. No primeiro, é apresentado a organização do atual sistema político brasileiro. O segundo trata das emendas parlamentares e sua relação com o aumento do uso da máquina pública. O terceiro tópico apresenta a teoria dos ciclos políticos e seus principais autores. Por fim, no último tópico, são apresentadas evidências empíricas dos ciclos políticos.

2.1 Sistema Político Brasileiro

O Brasil possui um sistema político presidencialista na forma de uma República Federativa, caracterizada por uma divisão, conforme o Art. 18 da CF/1988, “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição”. Desse modo, o chefe de estado é escolhido através do voto direto entre todos os cidadãos adultos independente de classe social, cultural e étnica, conforme previsto no Art. 14 da Constituição/1988 (BRASIL, 1988).

A administração política do Brasil está dividida entre três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Cada um deles é exercido por um órgão de competência e função específica. O Poder Executivo no âmbito nacional é gerido pelo Presidente da República, no estadual pelo Governador e no municipal pelo Prefeito, todos harmônicos, independentes e complementares. No Poder Legislativo Nacional, destacam-se o Senado Federal e a Câmara dos Deputados representados por Senadores e Deputados Federais, respectivamente. No Estado, tem-se a Assembleia Legislativa, composta pelos Deputados Estaduais. No Município, essa esfera é representada pelos Vereadores.

No que se refere ao partidarismo, a fase partidária da política brasileira surgiu na Monarquia em 1837 e vai até o pluripartidarismo que surgiu através da Emenda Constitucional nº 25, em 1985. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, atualmente existem 32 partidos políticos registrados, cada qual representado por um Presidente (TSE, 2020).

A partir disto, divide-se o sistema eleitoral brasileiro em duas especificidades de voto: majoritário e proporcional. Na primeira delas, se aplica as eleições presidenciais, estaduais e municipais para o Poder Executivo e para Senadores do Poder Legislativo, onde o candidato vencedor será o que efetivamente obtiver mais votos. Caso nenhum candidato obtenha a maioria absoluta de votos que representa mais de 50% dos votos válidos, poderá existir um segundo turno onde concorrerão os dois mais votados no primeiro turno.

O sistema eleitoral proporcional, aplica-se para os cargos de deputados federais e estaduais e vereadores. Permite que o eleitor vote tanto no candidato, como no partido ou coligação, sendo distribuídas as vagas de acordo com o número de votos recebidos por cada partido. Para chegar a essa divisão, utiliza-se o quociente eleitoral conforme o Art. 106 do Código Eleitoral, obtido pela divisão dos votos válidos pelo número de vagas disponíveis (TSE, 2020).

No que se refere ao uso das coligações, é a aliança de dois ou mais partidos para uma disputa eleitoral. A visão do Tribunal Superior Eleitoral é que uma coligação possui os mesmos direitos e deveres de um partido individual e depois de formada, nenhum partido que compõe o grupo poderá atuar isoladamente, conforme consta na Lei nº 9.504 da CF/1988. As coligações são formadas durante as convenções partidárias quando é decidido quem irá disputar as eleições. Apesar de existir bastante liberdade, há algumas restrições importantes como, por exemplo, os partidos que são adversários em uma coligação não podem ser aliados dentro de outra coligação (BRASIL, 1988).

Em relação ao tempo do mandato dos representantes políticos, o prefeito compõe o Poder Executivo durante 4 anos com a possibilidade de reeleição conforme a Emenda Constitucional nº 16, de 4 de junho de 1997 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1997). Durante o mandato, o prefeito possui certas atribuições a serem cumpridas, entre elas manter o bem-estar social, zelar pelas funções sociais, organizar o serviço público, proteger o patrimônio, dentre outras previstas na Constituição Federal de 1988 (TSE, 2019).

2.2 Emendas Parlamentares

As Emendas Parlamentares constituem um importante instrumento constitucional do Congresso Nacional, por meio do qual os parlamentares descentralizam a decisão sobre a aplicação dos recursos, alocando os recursos públicos para atender as demandas sociais mais próximas. Dessa forma, definem Sodré e Alves (2010):

Emendas parlamentares são transferências intergovernamentais, ou seja, descentralizações de recursos federais, acrescidas à Lei Orçamentária Anual por solicitações de parlamentares individuais, bancadas ou comissões. Trata-se de despesas federais: (i) não-vinculadas, ou seja, de finalidade não previamente determinada; (ii) extraordinárias, ou seja, que não constituem um fluxo contínuo e; (iii) voluntárias ou negociáveis, discricionárias (SODRÉ E ALVES, 2010, p.419).

Para que os municípios recebam os recursos provenientes de emendas ao orçamento, é necessário seguir algumas exigências e requisitos previstos pelo art. 166, § 3º da Constituição Federal, como a obrigatoriedade a compatibilidade da emenda apresentada com as disposições do Plano Plurianual (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), bem como é vedado o cancelamento de despesas com pessoal, previdência, juros, transferências constitucionais e amortização de dívida (BRASIL, 1988).

As prioridades das emendas são definidas pelos parlamentares e não são regulamentadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), órgão responsável por emitir parecer sobre o PPA, LDO e LOA, por esse motivo a motivação dos parlamentares pode ser corrompida, provocando problemas na alocação e eficiência no uso do dinheiro público. Dessa forma, “essas emendas não refletem prioridades estabelecidas por uma política nacional coordenada para enfrentar um determinado problema no país, mas sim os interesses de indivíduos que buscam solucionar problemas locais” (TOLLINI, 2008, p. 15).

Logo, esse mecanismo tem se tornado uma prática comum para beneficiamento político como mostra o estudo de Firpo, Ponczek e Sanfelice (2011). Esse estudo explica como as ações dos parlamentares e a adoção de estratégias pelos

políticos se alteram de acordo com as preferências dos eleitores. Com isso, procuraram definir quais os possíveis meios que poderiam ser utilizados para influenciar a decisão do eleitor, destacando que a política fiscal é um dos mecanismos mais usados e é responsável por ocasionar ciclos eleitorais de gastos públicos.

Outro estudo relevante é o de Mesquita, *et al.* (2014) que afirma que o uso de emendas parlamentares pode ser considerado uma “moeda de troca eleitoral”, onde verificaram uma mudança no número de emendas individuais para cada parlamentar passando de 20 entre os anos de 1996 e 2007, para 25 a partir de 2008.

Como já mencionado acima, o uso das emendas parlamentares é importante para alcançar objetivos eleitorais. Conforme Baião e Couto (2017) explanam, a execução das emendas é condição necessária, mas não suficiente para os deputados alcançarem resultados eleitorais positivos. Para isso, é preciso obter apoio de eleitores e aliados políticos, que se dá justamente por meio da descentralização dos recursos. Dessa forma, “os prefeitos seriam aqueles com maior potencial para auxiliar o deputado a reclamar o crédito pelas suas emendas” (BAIÃO E COUTO, 2017, p. 715).

Existe um jogo de interesse na liberação das emendas, onde cada participante negocia custos e benefícios promovendo uma ligação direta com os resultados eleitorais. Os deputados visam se (re)eleger e em troca de apoio eleitoral dos prefeitos, prometem recursos através de emendas. Os prefeitos se associam com os parlamentares visando adquirir votos e conseguir que o município seja contemplado com emendas ao orçamento.

Assim, acontece a barganha pelos interesses locais, aumentando a influência pelo poder e o apoio eleitoral. Os custos que os prefeitos assumem, envolvem apoiar o parlamentar que destinou a emenda e o Governo Federal que é responsável pela liberação; em troca da ampliação de recursos destinados ao município aumentando assim a probabilidade de resultados eleitorais positivos (SANTANA, 2011).

2.3 Teoria clássica dos Ciclos Políticos

A partir da década de 70, houve grande avanço nas pesquisas voltadas para a teoria dos ciclos políticos econômicos, surgindo a partir destes vários modelos com diferentes explicações. Esses modelos estão divididos em dois grupos, o primeiro com base nos ciclos oportunistas e o segundo com base nos ciclos partidários, ambos se dividindo entre expectativas adaptativas e racionais.

O estudo de William D. Nordhaus intitulado “*The Political Business Cycle*” se enquadra nos modelos tradicionais oportunistas com base nas expectativas adaptativas, o qual analisou a relação inversa entre inflação e desemprego, o famoso *trade-off* existente na economia. Para isso, Nordhaus (1975) baseou-se na Curva de Phillips e usou o desemprego como variável de controle político do sistema econômico.

Nordhaus (1975) assume que todos os indivíduos têm uma cesta de preferências e nela contém o desemprego e inflação. Mas, racionalmente preferem uma economia onde haja preços baixos e baixas taxas de desemprego, pois logicamente é mais favorável do ponto de vista individual. Assumindo também que as famílias não possuem toda a informação disponível e não compreendem tão bem como funcionam os modelos econômicos políticos, utilizam, dessa forma, as experiências do passado para as decisões políticas.

Dada essa linha de pensamento, presume-se que os partidos políticos conheçam as preferências dos eleitores e que se aproveitam de tal informação para agir de forma oportunista. Assim, o governante escolhe o tipo de política econômica

que deseja realizar durante seu mandato no período não eleitoral, e no período pré-eleitoral tende a utilizar as políticas que a maioria do eleitorado simpatiza.

O modelo de Nordhaus tem como principais argumentos:

- a) O principal objetivo dos partidos é manter-se no poder e, em virtude disso, intervêm na economia a fim de maximizar os votos nas próximas eleições.
- b) Os resultados eleitorais dependem de forma significativa dos resultados econômicos.
- c) Os governos podem, mediante suas decisões e instrumentos de política pública, gerar, antes das eleições, um maior crescimento produtivo e uma diminuição do desemprego [...].
- d) Os eleitores têm um comportamento eleitoral retrospectivo e míope (BORSANI, 2004, p. 121).

Assim, os partidos adotam medidas que os mantenham no poder, levando em consideração que as variáveis econômicas podem ser maleáveis, sendo moldadas no período de eleição de acordo com o objetivo que os políticos desejam atingir. Além disso, o autor considera o eleitor retrospectivo e míope, pois não leva em consideração o caminho que os políticos usaram para chegarem à combinação entre o nível de inflação e desemprego da economia. Isto posto, seria relativamente fácil “enganar” os eleitores e então um político oportunista poderia ser favorecido nas urnas às custas da incompreensão dos eleitores.

Já em relação aos modelos partidários, Hibbs (1977) criou um modelo com base nas expectativas adaptativas ao introduzir ao modelo tradicional de Nordhaus (1975), a ideia de que os partidos não visam somente chegar ao poder, mas que cada partido político tem uma ideologia diferente e seus interesses são considerados nas decisões políticas.

Dessa forma, Hibbs (1977) considera que os políticos controlam as variáveis econômicas e o *trade-off* entre inflação e desemprego permanece. Porém, fica estabelecido que partidos de direita tendem a adotar medidas voltadas para combater a inflação, enquanto partidos de esquerda tendem a focalizar nos problemas em torno do desemprego. Assim, os partidos políticos possuem objetivos diferentes considerando que os eleitores não são homogêneos.

Com a adoção de expectativas racionais aos modelos partidários, têm-se o trabalho desenvolvido por Alesina (1987), que buscou explicar como ideologias partidárias e incentivos eleitorais influenciam as escolhas das políticas macroeconômicas.

Alesina (1987) baseou-se na Curva de Phillips para explicar que o político poderia manipular os níveis de inflação e desemprego da forma como desejasse e fosse favorável ao seu partido. Se desejasse beneficiar a classe média baixa, iria adotar políticas que ocasionassem um baixo desemprego atrelado a uma inflação elevada, medidas essas mais adotadas por partidos de esquerda. Se desejasse beneficiar a classe média alta, iria adotar a combinação oposta, com partidos de direita adotando essas medidas.

Nesse modelo, foi acrescentado a incerteza em relação às preferências dos eleitores, ou seja, isso influenciaria diretamente nos resultados eleitorais produzindo resultados indeterminados. O trabalho de Alesina (1987), foi uma contribuição aos modelos tradicionais de Nordhaus (1975) e Hibbs (1977), com a diferença de que além do eleitor ser considerado racional, não seria possível estabelecer qual partido seria eleito e, conseqüentemente, não saberia quais políticas seriam adotadas.

No final da década de 80, têm-se a contribuição de Rogoff e Sibert (1988) para os modelos oportunistas com base nas expectativas racionais. Segundo os autores, o principal instrumento aplicado é o de políticas fiscais expansionistas, principalmente em períodos próximos às eleições. Dessa forma, os políticos reduzem impostos e/ou aumentam o nível de gastos públicos criando um ambiente que tende a agradar o eleitorado. Com isso, surgiram os ciclos políticos orçamentários.

Em complemento a primeira pesquisa, Rogoff (1990) defende a premissa de que o eleitor passa a aprender com seus erros de julgamentos passados e entender as políticas adotadas, tomando decisões mais conscientes, deixando de ser ingênuo, tornando-se racional o suficiente para limitar atitudes de políticos oportunistas que manipulam as variáveis econômicas distorcendo a economia.

De acordo com Rogoff (1990), os ciclos políticos orçamentários surgem através da assimetria de informação existente entre os eleitores e os partidos políticos. Nesse caso, o eleitor desconhece a capacidade eficiente do político no gerir dos recursos, deixando-o livre para agir de forma a manipular os resultados eleitorais a seu favor. Para tentar amenizar esse problema de assimetria, Rogoff (1990) sugere fiscalizações às ações do governo e uma maior propagação de informações para o público.

As consequências do comportamento oportunista surgem muitas vezes depois do período eleitoral, podendo piorar o desempenho da economia, por exemplo, um aumento dos gastos, com viés apenas eleitoreiro, pode levar a déficits fiscais e as modificações nos agregados macroeconômicos logo podem se tornar instáveis aumentando o desemprego e o nível geral de preços.

2.4 Principais resultados na literatura

É indiscutível que a sustentabilidade de um governante no poder é consequência das ações adotadas pelo mesmo para alcançar seus objetivos. Na economia existe um consenso que há um *trade-off* entre os níveis de inflação e desemprego e os eleitores se mostram sensíveis em suas posições eleitorais a alterações dessas variáveis e cada economia reage de maneira diferente a tais variáveis. Assim, políticos oportunistas tendem a estabelecer os níveis de inflação e desemprego conforme sua intenção. Nordhaus (1975) examinou em seu estudo justamente a escolha dos níveis ótimos de cada “formulador de política”.

Foram analisados nove países para saber se havia presença de ciclos políticos e manipulação das políticas econômicas, constatando que entre os anos de 1947 e 1972, na Alemanha, Nova Zelândia, Estados Unidos, França e Suécia havia presença dos ciclos. Assim como Tufte (1978 apud Gobbi, 2011) comprovou que nos Estados Unidos de 1946 a 1976, das oito eleições presidenciais, seis apresentaram taxas de desemprego mais baixas em períodos eleitorais.

Fialho (1997) buscou, em seu estudo, demonstrar como há uma estreita relação entre variáveis econômicas e os períodos eleitorais, testando se as condutas impostas pelo sistema político são derivadas de flutuações na economia. Dentre as variáveis selecionadas para compor seu trabalho, testou o comportamento da taxa de desemprego, para verificar se em períodos eleitorais há a adoção de políticas econômicas expansivas, possibilitando um declínio nessa taxa. O autor apesar de alcançar o sinal esperado pela teoria e mostrar que há uma modesta variação na taxa, essa variável não apresentou significância estatística.

No Brasil, vários estudos surgiram após a aprovação da reeleição para presidente, governador e prefeitos em 1997. Meneguín e Bugarin (2001) analisaram a possibilidade de reeleição de um governante estadual no que se refere a situação do déficit público do governo. Com base no levantamento empírico feito pelos autores, o resultado sugeriu que quando há a probabilidade de reeleição há um incentivo para que não ocorra um endividamento excessivo no primeiro mandato. Assim, quanto maior a chance de se reeleger, mais cautelosa será a tomada de decisão na escolha da política fiscal, visto que os gastos contrai-dos hoje terão de ser pagos no futuro pelo mesmo governante gerador da dívida, caso este consiga a reeleição.

Meneguín, Bugarin e Carvalho (2005) desenvolveram um modelo econométrico para analisar as eleições municipais do ano 2000 no Brasil. O trabalho teve como objetivo mensurar, como políticas fiscais aplicadas, no período próximo às eleições agradariam ao eleitorado e influenciariam na decisão do voto. Nesse estudo, foi considerado além da reeleição do governante, a eleição de membros do mesmo partido indicando permanência no poder. Os resultados obtidos mostraram, de modo geral, que quanto maior for a chance de reeleição maior o controle dos gastos públicos pelo governante. Ao discriminar as despesas entre custeio e obras públicas, os eleitores de fato são mais cativados pelas obras.

Araújo J., Cançado e Shikida (2005) testaram a influência da semelhança do partido do governador e/ou presidente com o do candidato a prefeito nas chances de reeleição, assim como a probabilidade de reeleição dos partidos. Concluíram que, nos municípios do estado de Minas Gerais, se o prefeito pertencer ao mesmo partido do governador e presidente, teria sua probabilidade de permanência no poder.

Utilizaram também o PIB *per capita* para compreender o impacto macroeconômico sobre a reeleição, auferindo que é mais difícil alcançar o pleito em municípios com um maior Produto Interno Bruto.

Coelho, Veiga e Veiga (2006) analisaram se há existência de ciclo político econômico atuando sobre o emprego para os municípios de Portugal. As evidências mostraram que há um notável aumento de empregos em obras públicas e em serviços sociais e pessoais nos dois anos anteriores às eleições, em relação aos outros anos, principalmente quando o candidato está concorrendo a reeleição, justificando-se pelo fato de o prefeito ter maior incentivo para se manter no poder e maior controle para manipular as políticas econômicas.

Sakurai e Gremaud (2007), em sua pesquisa para os anos de 1989 a 2001 a respeito do comportamento fiscal dos municípios paulistas, constataram que em anos eleitorais os governantes propiciariam impulsos de despesa na economia para ganhar popularidade junto a classe eleitoral.

Sakurai (2009) analisou também os municípios brasileiros considerando as abordagens das expectativas adaptativas e racionais. Para isso, procurou destacar como as diferenças partidárias afetam o comportamento da economia. Os resultados obtidos, para os diferentes tipos de despesas de um município, apontaram que os ciclos eleitorais se manifestaram mais nas áreas de saúde, saneamento, habitação, urbanismo, assistência, previdência e transportes. E os ciclos partidários revelaram uma influência dos partidos no que se refere a quantidade de recurso a ser alocado em cada categoria citada.

Gobbi (2011) elaborou um estudo empírico para verificar se os ciclos políticos no Brasil continuaram após a Lei de Responsabilidade Fiscal, que garante mais transparência no que se refere a gestão de receitas e despesas do governo. Seu estudo se baseou nas eleições municipais e estaduais de São Paulo e de Minas Gerais entre os anos de 2002 a 2010.

Verificou também a influência de o candidato pertencer ao mesmo partido do governante anterior constatando que nas três eleições estaduais que ocorreram ao longo do período, os governadores eleitos pertenciam ao mesmo partido, tanto para Minas Gerais quanto para São Paulo. Um resultado semelhante foi verificado nas eleições municipais, sendo que os políticos eleitos durante o período estudado eram membros de partidos coligados.

Ao analisar os resultados eleitorais, Gobbi (2011) confirmou a existência de ciclos políticos, em que em períodos pré-eleitorais as despesas superam as receitas e em períodos pós-eleitorais ocorre o oposto, as receitas superam as despesas.

3. Metodologia

A presente seção tem como objetivo descrever os procedimentos metodológicos e a base de dados utilizados na pesquisa. Para isso, o modelo apresentado está baseado na teoria clássica dos ciclos políticos descrita por Nordhaus (1975) e Rogoff (1990) e no modelo empírico de Meneguín, Bugarin e Carvalho (2005).

3.1 Base de dados

Os dados a serem utilizados no modelo econométrico provêm de várias fontes que estão descritas no Quadro 1. Esses dados possibilitaram observar a influência das variáveis explicativas econômicas e políticas sobre a reeleição ou sucessão nas eleições para prefeito nos 185 municípios do estado de Pernambuco. Para a análise foram consideradas as últimas quatro eleições municipais (2004, 2008, 2012 e 2016).

Quadro 1. Definição e fonte das variáveis

Variável	Descrição	Fonte
Reeleição/sucessão (<i>dummy</i>)	Se o candidato foi reeleito ou apoiado pelo partido do prefeito anterior (recebe valor 1 e 0 caso contrário)	TRE e TSE
Valor das Emendas Parlamentares	Somatório dos valores das emendas destinadas a cada município no ano eleitoral	SIGABRASIL
Variação do Emprego	Variação do emprego formal entre o ano eleitoral e o primeiro ano do mandato do prefeito anterior	RAIS/MTE
Variação do PIB	Variação do PIB municipal em relação ao ano anterior à eleição	SIDRA/IBGE
Renda <i>per capita</i>	Renda <i>per capita</i> no ano da eleição	RAIS/MTE

Fonte: elaboração própria

3.2 Modelo Econométrico

Nessa seção será descrito o modelo empírico, com o objetivo de captar indícios da existência de ciclos políticos nas eleições para prefeitos das cidades do estado de Pernambuco. Para tanto, analisa-se o papel das Emendas Parlamentares, do PIB, do emprego, e da renda na variável reeleição ou sucessão de políticos nas eleições dos anos de 2004 a 2016.

A hipótese levantada é de que o montante de Emendas Parlamentares Federais destinadas aos municípios influencia diretamente nos resultados dos pleitos, o que sugere a evidência de ciclos políticos econômicos. As variáveis econômicas visam captar a influência do crescimento econômico, representado pelo PIB Municipal, da variação do emprego, representado pelo emprego formal, e da renda média *per capita* sobre os resultados eleitorais.

Cabe salientar que a escolha do período analisado abrange o período de quatro mandatos executivos. Para alcançar o objetivo desse trabalho, utilizou-se a metodologia de dados em painel. Para atender o objetivo proposto neste trabalho, utilizou-se essa metodologia por ser uma combinação de séries temporais e corte transversal proporcionando um modelo mais confiável (GUJARATIE PORTER, 2011, p.588).

Com base na teoria de ciclos políticos e nas variáveis apresentadas, construiu-se o modelo econométrico logístico com dados em painel conforme descrição abaixo:

$$reeleicao_sucesso = \beta_0 + \beta_1 val_emendas_{it} + \beta_2 var_emprego_{it} + \beta_3 var_pib_{it} + \beta_4 renda_per_capita_{it} + \epsilon_{it}$$

onde: *reeleicao_sucesso* representa a variável dependente (se o candidato apoiado pelo prefeito/partido no poder foi eleito); representa a constante do modelo; são os parâmetros estimados, onde a variável explicativa *val_emendas* é valor total de emendas federais destinadas ao município no ano eleitoral. A variável *var_emprego* representa a variação do emprego formal e é usada como *proxy* para Taxa de Emprego Municipal. A variável *var_pib* representa a variação do PIB no ano eleitoral, já a renda *per capita* representa a renda *per capita* municipal no ano eleitoral.

Para execução do modelo pelo método Mínimos Quadrados Ordinários com dados em painel, foi realizado o teste de especificação de Hausman. Dessa forma, determinou-se que o modelo mais adequado é o de efeitos fixos, rejeitando a hipótese nula de que o modelo de regressão com efeitos aleatórios seja o mais adequado (p-valor = 0,033304).

3.2.1 Variáveis utilizadas e efeitos esperados

A escolha de utilizar como variável dependente a reeleição/sucessão de um candidato a prefeito se deu pelo fato das evidências empíricas apresentadas nas seções anteriores mostrarem a existência cada vez mais acentuada de ciclos políticos na economia e como isso afeta o uso da máquina governamental.

As variáveis explicativas consideradas para o modelo, estão baseadas na literatura discutida anteriormente. São variáveis de cunho econômico e político. O Quadro 2 descreve as variáveis e os efeitos esperados sobre a possibilidade de um candidato se reeleger ou indicar um sucessor.

Quadro 2. Efeito esperado das variáveis explicativas em relação a variável dependente Reeleição/sucessão

Variáveis Explicativas	Efeito esperado
Valor das Emendas Parlamentares	Positivo
Variação do Emprego	Positivo
Variação do Emprego	Positivo
Renda <i>per capita</i>	Negativo

A literatura aponta a existência de uma relação de barganha entre as emendas parlamentares e o apoio político que influencia a eleição de deputados e prefeitos (SANTANA, 2011; MESQUITA, *et al.*, 2014). Logo, buscou-se mensurar, nesse trabalho, a relação do valor das emendas com a reeleição e sucessão dos candidatos a prefeito nos municípios de Pernambuco. Por isto, espera-se que o valor das emendas destinadas aos municípios tenha um efeito positivo sobre a variável dependente.

Outra variável selecionada refere-se a taxa de emprego formal e foi escolhida com base no trabalho de Coelho, Veiga e Veiga (2006), abordado neste texto, onde eles mostram que os políticos tendem a manipular essa variável próximo às eleições, aumentando o nível de oferta de trabalho e consequentemente gerando uma queda no nível de desemprego, alcançando visibilidade positiva com as suas ações (FIALHO, 1997; COELHO, VEIGA E VEIGA, 2006). Espera-se, então, que a variação do emprego em períodos eleitorais seja positiva em relação à reeleição/sucessão de um candidato.

A variável que se refere a variação do PIB é considerada importante pois é um dos indicadores mais utilizados para aferir o crescimento de uma sociedade, e um aumento do PIB no ano eleitoral representará a competência do político no poder, logo espera-se uma relação positiva com a reeleição/sucessão de um candidato.

A variável renda *per capita*, visa captar o grau de competição eleitoral, em que municípios com maior PIB e renda tendem a ter maior número de candidatos e uma probabilidade de reeleição menor tanto para o prefeito quanto para o partido (ARAÚJO J., CANÇADO E SHIKIDA, 2005; MENEGUIN, BUGARIN E CARVALHO, 2005), logo espera-se um efeito negativo sobre a reeleição/sucessão de um candidato.

4. Resultados e discussão

Nesta seção são apresentadas as estatísticas descritivas dos dados, em seguida será apresentada a estimação do modelo de dados em painel controlado por efeitos fixos para verificar a relação existente entre as variáveis explicativas e a variável dependente e, então, haverá uma discussão dos resultados obtidos.

4.1 Estatística descritiva

As Tabelas 1 e 2, mostram as estatísticas descritivas dos dados e a matriz de correlação linear entre elas, respectivamente.

Tabela 1. Estatísticas Descritivas das variáveis do modelo

Variáveis	Média	Mediana	D.P.	Mínimo	Máximo
Reeleição_sucessão	0,5452	1,000	0,4983	0,0000	1,000
Val_emendas	1,419e+006	3,000e+005	9,913e+006	0,0000	1,724e+008
Var_emprego	1,030	0,05677	22,98	-0,8733	592,0
Var_pib	0,1201	0,1228	0,1018	-0,4545	0,8370
Renda_per_capita	20682	2050	1,599e+005	25,56	2,329e+006

Fonte: elaboração própria

Analisando os dados apresentados na Tabela 1, percebe-se uma expressiva heterogeneidade entre os municípios pernambucanos. A variável dependente possui uma **média de 0,5452**, ou seja, dos candidatos que concorrem a reeleição/sucessão 54,54% conseguem atingir o pleito, com um desvio padrão de 49,83%.

Destaca-se a estatística descritiva do Val_emendas que possui a segunda maior variabilidade em comparação as demais com desvio padrão de aproximadamente 9,91 e média de aproximadamente 1,42, onde o intervalo de variação foi de 0 até 1,724e+008. Ou seja, há municípios que a variação do valor recebido através de emendas é nula, que pode significar que houve mesmo a ausência desses recursos, ou sinalizar que o governante não barganhou através desse mecanismo.

Outro ponto relevante, refere-se a média da variável renda per capita de R\$ 20.682,00, pois ao comparar com a mediana (R\$ 2.050,00) e o mínimo (R\$ 25,56) verifica-se uma diferença relativamente grande. Isso ocorreu devido a alguns municípios que possuem uma renda *per capita* mais elevada que acaba elevando o valor da média para o estado gerando um viés de riqueza.

Tabela 2. Matriz de correlação

	Reeleição_sucessão	Val_emendas	Var_emprego	Var_pib	Renda_per_capita
Reeleição_sucessão	1,0000				
Val_emendas	0,0217	1,0000			
Var_emprego	0,0388	-0,0057	1,0000		
Var_pib	0,0665	-0,0030	0,0161	1,0000	
Renda_per_capita	-0,0138	0,9056	-0,0050	-0,0022	1,0000

Fonte: elaboração própria

O resultado da matriz de correlação mostra que todas as outras variáveis apresentam fraca correlação, com exceção da correlação da renda com os valores das emendas. Segundo Gujarati e Porter (2011), se o nível de correlação entre variáveis for maior que 0,8 pode haver um problema. Porém, apesar da correlação entre a renda e as emendas ser de 0,9 e não influenciar os resultados das demais, a variável mostrou-se significativa ao nível de 10%.

Omitindo essa variável e analisando o modelo, observou-se que a correlação mudou relativamente pouco em relação ao primeiro resultado, dessa forma, foi mantida a variável afim de agregar uma melhor discussão aos resultados do modelo proposto.

4.2 Resultados da estimação

Os resultados da estimação do modelo proposto podem ser observados na Tabela 3. Como pode ser observado, todas as variáveis foram significantes ao nível de 1%, com exceção da variação do PIB que foi significativa ao nível de 10%.

Vale destacar o resultado da constante (0,572761) que se aproximou bastante do resultado da média (0,5452) apresentado na Tabela 1, confirmando que as estimações do modelo estão em conformidade com as estatísticas descritivas. Destaca-se também que todas as variáveis apresentam sinais de acordo com a expectativa teórica (Quadro 2).

Tabela 3. Estimções para variável dependente: reeleicao_sucessao

Estimções	Coefficiente	erro padrão	razão - t	p - valor
Constante	0,572761	0,0512456	11,18	9,35e- ***
Val_emendas	2,45591e-08	5,01212e-09	4,900	2,00e-06 ***
Var_emprego	0,000879205	9,88348e-05	8,896	3,86e-016 ***
Var_pib	0,357994	0,198846	1,800	0,0733 *
Renda_per_capita	-5,82163e-06	1,21615e-06	-4,787	3,33e-06 ***
dt_2	0,102210	0,0623016	1,641	0,1025
dt_3	0,0200517	0,0552335	0,3630	0,7170
dt_4	-0,0492747	0,0552718	-0,8915	0,3738
R-quadrado LSDV	0,329464	0,329464		
Durbin-Watson	1,900930	1,900930		
P-valor (F)	8,99506e-014	8,99506e-014		

Fonte: elaboração Própria com base nas estimativas obtidas no software Gretl. Nota: *** Significante a 1%. * Significante a 10%.

A variável que representa o valor das emendas obteve sinal positivo, indicando que o candidato se beneficia pelas obras/projetos advindos de emendas para o município. Além disso, é a variável com maior magnitude sobre a variável dependente confirmando a importância das emendas parlamentares como moeda de troca para a disputa eleitoral conforme (MESQUITA, *et al.*, 2014; SANTANA, 2011). Meneguín, Bugarin e Carvalho (2005) também mostraram a importância dos recursos afirmando que os eleitores tendem a favorecer os incumbentes que conseguem mais investimento para o município que não necessariamente foram obtidos por meio da política tributária, como é o caso das emendas parlamentares.

A variável representante da variação do emprego no ano anterior à eleição mostrou-se positiva e significativa, indicando que um aumento no nível de empregos formais em períodos eleitorais pode ocasionar um aumento nas chances de se alcançar o pleito, favorecendo a reeleição/sucessão, em conformidade com os resultados obtidos nos trabalhos de Nordhaus (1975), Coelho, Veiga e Veiga (2006).

A variação do PIB neste trabalho se difere da estimação feita nos estudos de Araújo Jr., Cançado e Shikida (2007) e Meneguim, Bugarin e Carvalho (2005) que visaram estimar o crescimento de forma *per capita*, se diferenciando assim, em seu uso na forma de variação, que visou captar a competência do governante em períodos pré-eleitorais. Dessa forma, a variação do PIB teve o sinal esperado pela literatura e foi significativa, propondo que quando há crescimento econômico nos municípios, a população tende a reconhecer positivamente os candidatos à reeleição/sucessão.

Por fim, a variável renda *per capita* obteve sinal negativo, conforme esperado pela literatura e foi significativa, comprovando a dificuldade de se alcançar a reeleição/sucessão em cidades de alta renda *per capita*, em virtude da alta competição eleitoral, concordando mais uma vez com os resultados obtidos nas pesquisas de Cançado e Shikida (2005); Meneguim, Bugarin e Carvalho (2005).

O coeficiente de determinação (R^2) indica que cerca de 33% das variações na variável reeleição/sucessão estão sendo explicadas pelas variáveis independentes selecionadas. Embora o coeficiente de determinação seja baixo, os resultados encontrados se aproximam com os das literaturas apresentadas ao longo do trabalho. Também se observa a estatística F, em que o modelo geral é significativo. De forma genérica, os resultados alcançados foram plausíveis, considerando todas as limitações enfrentadas na coleta de dados para os municípios pernambucanos.

5. Considerações finais

Atualmente, existe um elevado debate acerca do cenário político e econômico pelo qual o Brasil vem passando desde o desenvolvimento da crise iniciada no país em 2014. Em meio a diversos escândalos políticos noticiados diariamente, torna-se uma preocupação generalizada da sociedade sobre quem escolher para assumir posições de governantes e representantes. Assim, a população busca por candidatos que valorizem o seu voto, cumprindo com a aquilo que prometem, conseguindo investimentos que proporcionem um maior desenvolvimento e bem-estar para a região.

Nesse sentido, o presente trabalho buscou com base nos modelos teóricos e na literatura empírica discutida ao longo do trabalho, analisar a influência de variáveis políticas e econômicas sobre a possibilidade de reeleição/sucessão para o cargo de prefeito nas quatro últimas eleições dos 185 municípios de Pernambuco. Assim, buscou-se analisar a influência das emendas parlamentares bem como a relação existente entre a variação do emprego, do PIB e da renda *per capita* sobre a reeleição ou sucessão dos candidatos.

Os resultados empíricos obtidos através da estimação do modelo mostram que ainda há presença dos ciclos políticos eleitorais nos municípios do estado de Pernambuco, onde as variáveis que representam os valores das emendas, a variação do emprego e do PIB são fatores determinantes para a reeleição ou sucessão de um candidato, enquanto a renda *per capita* atua como diminuição da possibilidade de se alcançar o pleito, ou seja, quanto maior a renda *per capita* de um município, menor será a chance de se vencer nas eleições.

Dessa forma, o modelo indica que o montante das emendas parlamentares que o município recebe incentiva os eleitores a favorecerem os candidatos que conseguem esses recursos, indicando que esse mecanismo é utilizado como uma forma de barganhar votos. Na mesma linha de pensamento, o estudo mostrou que, nos anos que antecedem as eleições, tem-se o costume de promover um maior número de empregos formais, onde o político ganhará maior visibilidade aumentando suas chances de reeleição ou sucessão, ao diminuir a taxa de desemprego daquela região.

A variação do PIB também mostrou uma relação positiva com a possibilidade de reeleição ou sucessão de um candidato. Já a renda *per capita*, mostra uma relação inversa com a variável dependente, indicando que quanto mais rico o município for, mais difícil será a probabilidade da reeleição/sucessão tornando-se mais difícil a existência de ciclos políticos eleitorais, reforçando os resultados discutidos das pesquisas mencionadas ao longo do trabalho.

Por fim, foi possível perceber que ainda há presença de ciclos políticos eleitorais nos municípios de Pernambuco. Nesse sentido, algumas medidas que poderiam ser adotadas afim de amenizar esses efeitos seria tornar a legislação mais rigorosa, com uma fiscalização também mais eficiente, de forma que desencorajasse o político a utilizar a máquina pública para se promover.

REFERÊNCIAS

ALESINA, Alberto. (1989), “Politics and business cycles in industrial democracies”, *Economic policy*, vol. 4, no. 8: 55-98.

ARAÚJO Jr., Ari Francisco de; CANÇADO, Paulo; SHIKIDA, Cláudio Djissey. (2007), “Economics and Politics: O que determina as chances de reeleição em municípios? O caso das eleições municipais de Minas Gerais – 2000”, *Informe GEPEC*, vol. 9, no. 2.

BAIÃO, Alexandre Lima; COUTO, Cláudio Gonçalves. (2017), “A eficácia do pork barrel: a importância de emendas orçamentárias e prefeitos aliados na eleição de deputados”, *Opinião Pública*, vol. 23, no. 3: 714-753.

BORSANI, Hugo. (2004), “Relações entre Política e Economia: Teoria da Escolha Pública”, in B. Ciro; A. Paulo (org.), *Economia do Setor Público no Brasil*, Rio de Janeiro, Elsevier.

BRASIL. Constituição. (1988), “Constituição da República Federativa do Brasil”, Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. “Eleição majoritária e proporcional”. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2012/05/eleicao-majoritaria-e-proporcional> Acesso em: 07/07/2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, “Emenda Constitucional nº 16. Brasil”. (1997), Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1997/emendaconstitucional-16-4-junho-1997-355726-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 09/03/2020.

COELHO, Cesar; VEIGA, Francisco José; VEIGA, Linda G. (2006), “Political business Cycle in local employment: evidence from Portugal”, *Economics Letters*, vol. 93, no. 1: 82-87.

FIALHO, Tânia Marta Maria. (1997), “Testando a evidência de ciclos políticos no Brasil”, *Revista Brasileira de Economia*, vol. 51, no. 3: 379-389.

FIRPO, Sergio; PONCZEK, Vladimir; SANFELICE, Viviane. (2011), “A relação entre emendas orçamentárias e desempenho eleitoral”. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ocs/index.php/sbe/EBE11/paper/viewFile/%203082/1303> Acesso em: 01/04/2020.

GOBBI, Simone Garcia. (2011), “Teoria dos Ciclos Político-Econômicos: Um Estudo de São Paulo e Minas Gerais”. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/119267/gobbi_sg_tcc_arafcl.pdf?sequenc Acesso em: 02/04/2020.

GOVERNO DO BRASIL. “Processo Eleitoral Brasileiro”. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/cidadania-e-inclusao/2010/09/processo-eleitoral> . Acesso em: 16/04/2019..

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. (2011), “Econometria Básica”. Porto Alegre, Ed. Amgh.

HIBBS Jr, Douglas A. (1977), “Political Parties and Macroeconomic Policy”, *American Political Science Review*, vol. 71, no. 4: 1467-1487.

IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]. “Contas Nacionais Trimestrais - 3º trimestre de 2015”. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/> . Acesso em 04/05/2020.

MENEGUIN, Fernando B.; BUGARIN, Maurício S. (2001), “Reeleição e política fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nos gastos públicos”, *Revista de Economia Aplicada*, vol. 5, no. 3: 601-622.

MENEGUIN, Fernando B.; BUGARIN, Maurício S.; CARVALHO, A.X. (2005), “O que leva um governante à reeleição?”, *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA*, Texto para discussão n. 1135.

MESQUITA, Lara. *et al.* (2014), “Emendas Individuais e concentração de votos: uma análise exploratória”, *Teoria e Pesquisa: Revista de Ciência Política*, vol.23, no. 2: 82-106.

NORDHAUS, William Dawbney. (1975), “The Political Business Cycle”, *The Review of Economic Studies*, vol.42, no. 2: 169-190.

ROGOFF, Kenneth. (1990), “Equilibrium political budget cycles”, *The American Economic Review*, vol. 80, no. 1: 21-36.

ROGOFF, Kenneth, SIBERT, Anne. (1988), “Elections and macroeconomic policy cycles”, *Review of Economic Studies*, vol. 55, no. 181: 1-16.

SAKURAI, Sergio Naruhiko. (2009), “Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990 - 2005 via dados em painel”, *Estudos Econômicos*, vol. 39, no. 1: 39-58.

SAKURAI, Sergio Naruhiko, GREMAUD, Amaury Patrick. (2007), “Political business cycles: evidências empíricas para os municípios paulistas (1989 – 2001)”, *Economia Aplicada*, vol. 11, no. 1: 27-54.

SANTANA, Vitor Leal. (2011), “Atraindo o pork: que fatores explicam a execução das emendas orçamentárias no Brasil?”. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8702/1/2011_VitorLealSantana.pdf Acesso em: 07/03/2020.

SODRÉ, Antonio Carlos de Azevedo; ALVES, Maria Fernanda Colaço. (2010), “Relação entre Emendas Parlamentares e Corrupção Municipal no Brasil: Estudo dos Relatórios do Programa de Fiscalização da Controladoria-Geral da União”, *Revista de Administração Contemporânea*, vol. 14, no. 3: 414-433.

TOLLINI, Hélio. (2008), “Em busca de uma participação mais efetiva do Congresso no processo de elaboração orçamentária”. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/1781> Acesso em: 20/12/2019.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. “Como são contabilizados os votos nas eleições brasileiras”. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-3-ano-4/aumento-de-remuneracao-no-funcionalismo-publico-em-ano-eleitoral> . Acesso em: 07/06/2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. “Conheça as principais atribuições do prefeito”. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Setembro/conheca-as-principais-atribuicoes-do-prefeito> . Acesso em: 10/11/2019.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. “Partidos políticos registrados no TSE”. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos> . Acesso em: 17/04/2019.

LICENÇA DE USO

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CCBY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam devido crédito pela criação original. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>

